



Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural - CEPPC

PAUTA DA REUNIÃO – 424º

19 de janeiro de 2023 - reunião ordinária, às 9h30 da manhã, presencial, no auditório da APL - Academia Pernambucana de Letras.

Pauta: Continuação da pauta da reunião anterior (16/01/2023); Análise das propostas de pauta e respectivos encaminhamentos de 2022



CONSELHO ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Reunião Ordinária Presencial - 424º
Quinta-feira - 19/01/2023

Local: Academia Pernambucana de Letras

Frequência dos Conselheiros Titulares

NOME	ASSINATURA
Ana Fátima Braga Barbosa	
Augusto Ferrer de Castro Melo	
Cássio Raniere Ribeiro da Silva	
Cecília Canuto de Santana	
Diomedes de Oliveira Neto	
George Félix Cabral de Souza	
Joana D'Arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade	
Marcelo Casseb Continentino	
Margarida de Oliveira Cantarelli	
Mônica Siqueira da Silva	
Reinaldo José Carneiro Leão	
Roberto José Marques Pereira	
Silvério Leal Pessoa	



CONSELHO ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Reunião Ordinária Presencial - 42^º
Quinta-feira - 19/01/2023

Local: Academia Pernambucana de Letras

Frequência dos Conselheiros Suplentes

NOME	ASSINATURA
Albertina Otávia Lacerda Malta	_____
Antiógenes Viana de Sena Júnior	_____
Antônio Henrique da Silva Araújo	_____
Célia Maria Médicis Maranhão de Queiroz Campos	_____
Cláudio Bandão de Oliveira	_____
Claudia Pereira Pinto	<i>Claudia Pereira Pinto</i>
Edmilson Cordeiro dos Santos	_____
Gerson Victor da Silva	_____
Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho	<i>Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho</i>
Jocimar Gonçalves da Silva	_____
Marcos Paulo Aurélio dos Santos	_____
Maurício Barreto Pedrosa Filho	<i>Maurício Barreto Pedrosa Filho</i>

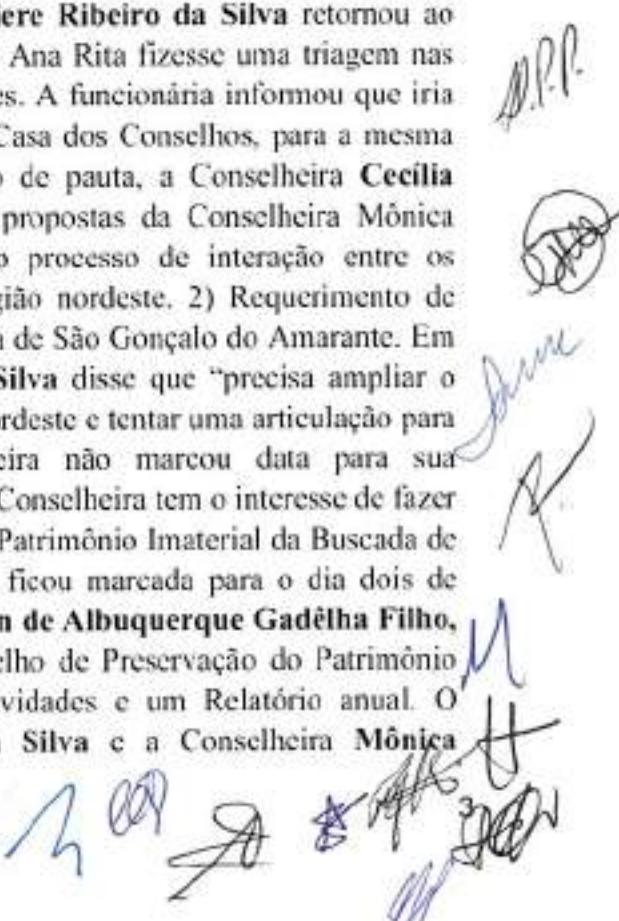


424ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC (REUNIÃO PRESENCIAL)

No dia **19 de janeiro de 2023**, de forma presencial, na Academia Pernambucana de Letras, situada na Avenida Rui Barbosa, 1596 – Graças, Recife – CEP, 52050-000, teve inicio à reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC, considerando ser a 424ª reunião presencial que ocorreu em caráter ordinário. Presentes à reunião, conforme lista de presença, os (as) seguintes Conselheiros (as) Titulares: Ana de Fátima Braga Barbosa; Augusto Ferrer de Castro Melo; Cássio Raniere Ribeiro da Silva; Cecilia Canuto de Santana; Diomedes de Oliveira Neto; Joana D'arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade; Mareelo Casseb Continentino; Mônica Siqueira da Silva; Roberto José Marques Pereira; Reinaldo José Carneiro Leão. Conselheiros (as) Suplentes: Mauricio Barreto Pedrosa Filho; Claudia Pereira Pinto e Harlan de Albuquerque Gadêla Filho. Pauta única: **Continuação da pauta anterior da última reunião do dia 12 de janeiro do corrente ano sobre “Propostas do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural para o cronograma anual e pautas de alguns Conselheiros”.** A Conselheira Cecília Canuto de Santana deu inicio a reunião cumprimentando a todos e todas e informando que o Presidente interino Cássio Raniere Ribeiro da Silva solicitou que a mesma desse inicio a reunião até o momento da sua chegada. A Conselheira Cecilia Canuto de Santana enfatizou que a proposta já tinha sido lida, mas a pedido da Conselheira Mônica Siqueira da Silva seria relida. Começou a leitura pela proposta da Conselheira Joana D'arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade: **“Uso de casarios ou edificações em abandono e/ou sem uso por parte de grupos culturais que não possuam sede própria”.** A Conselheira Joana D'arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade explicou sua proposta evidenciando que “se em toda localidade do Estado de Pernambuco, seja na Capital ou no Interior, houver espaços, que estão abandonados, sem uso para serem utilizados por grupos culturais, estaria contribuindo na preservação do Patrimônio Imaterial, que são os grupos, e do Patrimônio Material que seria o espaço”. Foi cedida a palavra a Conselheira Claudia Pereira Pinto que sugeriu que um adendo enfatizando que fosse restaurado um equipamento da Capital e outro do Interior justificando que “quem convive com a realidade do interior sabe que, paulatinamente, serão restaurados equipamento, apenas, na Capital”. Sugestão aceita pela Conselheira Joana D'arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade. A Conselheira Mônica Siqueira da Silva pediu que fosse acrescentado à proposta, que “quem administra o Patrimônio é a Secretaria de Administração”. Sugeriu que o Conselho convidasse o referido órgão para uma reunião para que todos possam se

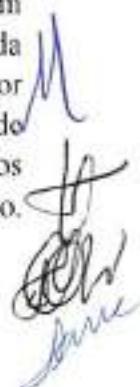
intuir do processo de cessão de um espaço bem como, ouvir os detentores do Bem". A Conselheira **Cecília Canuto de Santana** disse que "seria importante que todos defendessem o uso compartilhados dos espaços já que existem muitas manifestações culturais e que poderia ser uma Política de Estado ou, até mesmo, feito pela própria Fundarpe". Dando continuidade à sua fala, a Conselheira informou que existem várias propostas de pauta e que precisariam organizar um cronograma. O Conselheiro **Diomedes de Oliveira Neto** alertou que "por haver propostas que dialogam umas com a outras poderia juntá-las e encaminhar o cronograma". Lembrou que duas das propostas da Conselheira Joana D'arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade, dialogam com uma das propostas que ele elencou, que era: "ter uma conversa com a Equipe de Planejamento e Obras da Fundarpe/GGPPCult para saber dos Bens tombados, quais aqueles se encontram em estado precário pela falta de uso e como fazer o encaminhamento para esse uso". Disse ser favorável ao uso dos imóveis como sede dos grupos. Pontuou que seria uma solução bastante acertada se pudessem conversar não só com a SAD (Secretaria de Administração) mas, também, com a Equipe de Planejamento e Obras da Fundarpe/GGPPCult. Externou que sente que precisam expandir o diálogo com outras secretarias além da Secretaria de Administração e da Secult como; Secretaria de Educação e Secretaria de Turismo. A palavra foi passada para a Conselheira **Claudia Pereira Pinto** que alertou para se ter o cuidado porque às vezes é cedido um equipamento quase em ruínas. A instituição entre com muita dificuldade, faz o conserto para não perder a concessão e no meio do caminho não fica a contento. É cortado, e o equipamento devolvido com uma condição pouco melhor da que foi cedida. A Conselheira colocou que na sua opinião, as duas propostas da Conselheira Joana D'arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade são, totalmente, diferentes uma vez que uma remete a equipamentos do Estado que estão com dificuldades de manutenção e a outra tem a intenção de edificações que pertencem ao Estado e estão sem uso. O Conselheiro **Roberto José Marques Pereira** concordou com a Conselheira Mônica Siqueira da Silva no que concerne a Secretaria de Administração (órgão que responde pelo Patrimônio do Estado). Informou que a Fundarpe tem, total, autonomia para administrar as celas da Casa da Cultura, alugando-as e, até mesmo, tirando algumas lojas e colocando outras. Acrescentou que "os lojistas costumam vender, no paralelo, o ponto e a Fundarpe não têm controle efetivo e que o aluguel das celas e do estacionamento é uma verba que entra para a Instituição". Esclareceu que existem várias celas, no terceiro andar, que poderiam ser locadas, mas que cabe a Fundarpe dizer que uso deverá ter esses espaços vazios. Lembrou que lá foi feito um miniteatro; tentou-se criar uma entidade sem fins lucrativos; tem o Museu Joaquim Cardoso onde constam, no acervo, poucas coisas do Poeta de maneira que o espaço se torna, meramente, figurativo. Lamentou o esquecimento e desprezo, pelo recifense, por Joaquim Cardoso. Relatou que no Centro de Convenções, durante algum tempo, existiu o Balé Popular do Recife e outras entidades e que, também, comportou o restaurante "Marruá" do qual não se cobrava aluguel. Todos foram, depois, despejados. "O Balé Popular do Recife, tinha que dar, como contrapartida, apresentação, as segundas-feiras, à noite, para os turistas. Essas apresentações começavam bem, depois foram perdendo demanda e, de repente, o Balé foi retirado". Concluindo sua

fala, o Conselheiro comunica que na Empetur existem salas contíguas, de 3x4 ou 4x5, envidraçadas, chamadas de "Aquário" que daria para guardar um acervo e uma agremiação de menor porte. "Acho, também, para haver essa cessão, teria que ter um sistema de comodato. Gerar contrapartida e, talvez, um edital para as escolhas das agremiações das entidades do Recife ou Pernambuco por inteiro". A Conselheira **Mônica Siqueira da Silva** acrescentou que as entidades estão com dificuldade para se manter e sugeriu que na Casa da Cultura tivesse um espaço onde as agremiações pudesse comercializar seus produtos. O Conselheiro **Diomedes de Oliveira Neto** sugeriu que para unir todas as propostas, fossem priorizados os Bens Tombados pelo Estado ou Prefeitura. A Conselheira **Joana D'arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade** enfatizou que não deveria ser, apenas, Bens Tombados pois existem imóveis que não são tombados, porém de grande relevância histórica. A Conselheira **Cecília Canuto de Santana** perguntou quando a Conselheira Joana D'arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade poderia apresentar, novamente, sua proposta de forma mais complementar. A data escolhida e colocada no calendário foi dia nove de fevereiro do corrente ano. O Conselheiro **Harlan de Albuquerque Gadêla Filho**, pediu a palavra para falar a respeito das atas e sua extensão. A Conselheira **Cecília Canuto de Santana** reembrou que no biênio anterior, as atas eram bastante reduzidas e que a sua extensão foi deliberada pelo próprio Conselho. A Conselheira **Joana D'arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade** complementou dizendo que: "o que foi votado no outro (Conselho), fica valendo até que mude". Dando continuidade à sua fala, o Conselheiro **Harlan de Albuquerque Gadêla Filho** disse que o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural tem competência de solicitar a Secretaria de Administração do Estado a relação dos imóveis de sua propriedade. A Conselheira **Joana D'arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade** concordou com a fala do Conselheiro Harlan de Albuquerque Gadêla Filho, porém esclareceu que, primeiro, é preciso mostrar as propostas a Secretaria de Administração. O Conselheiro **Cássio Raniere Ribeiro da Silva** retornou ao assunto sobre as atas e pediu que a funcionária Ana Rita fizesse uma triagem nas atas para identificar os participantes das reuniões. A funcionária informou que iria passar a situação para Ana Reis, secretária da Casa dos Conselhos, para a mesma fazer as devidas correções. Seguindo o ponto de pauta, a Conselheira **Cecilia Canuto de Santana** sinalizou que tem duas propostas da Conselheira Mônica Siqueira da Silva que são: 1) Ampliação do processo de interação entre os Patrimônios Vivos de Pernambuco a nível região nordeste. 2) Requerimento de Registro de Patrimônio Imaterial para a Buscada de São Gonçalo do Amarante. Em sua fala, a Conselheira **Mônica Siqueira da Silva** disse que "precisa ampliar o intercâmbio com os outros Patrimônios Vivos Nordeste e tentar uma articulação para fazer alguns trabalhos juntos". A Conselheira não marcou data para sua apresentação. Em relação a segunda proposta, a Conselheira tem o interesse de fazer uma proposição para solicitação do Registro de Patrimônio Imaterial da Buscada de São Gonçalo do Amarante. Essa apresentação ficou marcada para o dia dois de fevereiro do corrente ano. O Conselheiro **Harlan de Albuquerque Gadêla Filho**, lançando mão do Regimento Interno do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural, sugeriu criar um Calendário de Atividades e um Relatório anual. O Vice-presidente **Cássio Raniere Ribeiro da Silva** e a Conselheira **Mônica**



Siqueira da Silva informaram que existe a prática de fazê-lo. O Conselheiro Mauricio Barreto Pedrosa Filho disse que era necessário formalizar. A Conselheira Claudia Pereira Pinto colaborou com a discussão lembrando que a pandemia trouxe mudanças nos trabalhos do Conselho. O Conselheiro Diomedes de Oliveira Neto ressalta que não se pode deliberar nada sem que os Accentos estejam compostos. O Vice-presidente Cássio Raniere Ribeiro da Silva disse que o Conselho é soberano e que tem autonomia para prosseguir o trabalho. O Conselheiro Marcelo Casseb Continentino, diz que não se sente confortável em estar tratando do planejamento de 2023 quando os principais representantes do Governo não estão presentes. A Conselheira Cecilia Canuto de Santana, o Conselheiro Diomedes de Oliveira Neto e a Conselheira Mônica Siqueira da Silva não comungam do mesmo pensamento visto que existem situações a serem resolvidas, no Conselho, que independem dos representantes do Governo. Nada mais havendo a tratar, o Presidente interino Cássio Raniere Ribeiro da Silva deu por encerrada a reunião e eu, Ana Rita Campos da Silva, funcionária do Estado de Pernambuco, lavrei a presente Ata, que, depois de achada conforme, serão assinados por mim e pelos (as) demais presentes na Reunião.

Ana Rita Campos da Silva

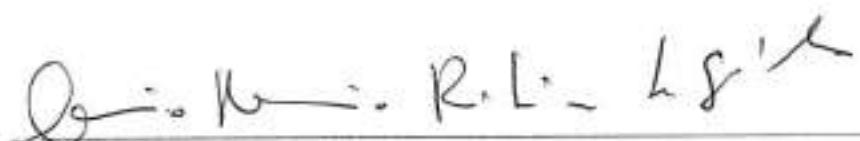




Ana de Fátima Braga Barbosa

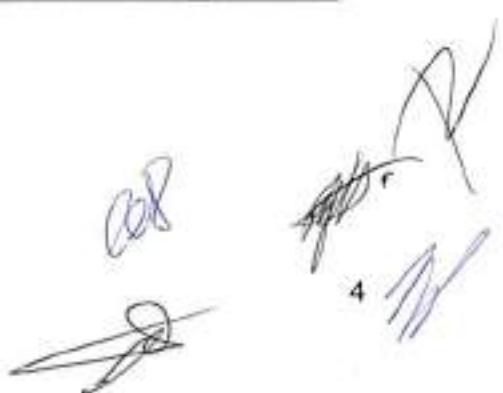


Augusto Ferrer de Castro Melo





Cássio Raniere Ribeiro da Silva



Cecília Canuto de Santana

Cecilia Canuto Santana

Diomedes Oliveira Neto

Diomedes de Oliveira Neto

Joana D'arc Ribeiro

Joana D'arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade

Marcelo Casseb

Marcelo Casseb Continentino

Mônica Siqueira da Silva

Mônica Siqueira da Silva

Roberto José Marques Pereira

Reinaldo José Carneiro Leão

Reinaldo José Carneiro Leão

Claudia Pereira Pinto

Claudia Pereira Pinto

Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho

Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho

Mauricio Barreto Pedrosa Filho

Mauricio Barreto Pedrosa Filho

JW

OB B

CONSELHO ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL/PE

Propostas de Pautas e seus respectivos Encaminhamentos para nov-dez de 2022

Proposta: Analisar junto com o GT de Patrimônio Material os processos de tombamento pelo Estado em aberto, a fim de definir ações para agilizar e priorizar o andamento dos mesmos

Encaminhamento: Reunião inicial agendada com a Unidade de Tombamento da GPPC-FUNDARPE

Conselheiro: Diomedes de Oliveira Neto

Proposta: Analisar/diagnosticar junto com o GT de Patrimônio Material a situação de bens imóveis tombados pelo Estado que se encontram em estado de precarização, a fim de elencar possibilidades reais de salvaguarda e uso social destes bens.

Encaminhamento: Reunião de diagnóstico com a Unidade de Planejamento e Obras da GPPC-Fundarpe

Conselheiro: Diomedes de Oliveira Neto

Proposta: Inventariar os Imóveis Especiais de Preservação (IEPs) que estejam em estado precário, tombados em nível municipal (Recife) a fim de elencar aqueles que se encontram em situação de risco, possibilitando futuros desdobramentos em ações estratégicas de salvaguarda destes bens

Encaminhamento: Levantamento a ser realizado pelo GT de Patrimônio Material

Conselheiro: Diomedes de Oliveira Neto

Proposta: Resolução do Conselho sobre Educação Patrimonial

Encaminhamento: Gerar apontamentos e mudanças nos documentos que foram apresentados em reunião, formando GT e encaminhar para ALEPE o texto base para publicação do decreto que tratará da execução do Programa em Educação Patrimonial.

Conselheiro: Cássio Raniere

Proposta: Deliberar pelo Tombamento da Fábrica de Tecidos de Camaragibe e solicitar "ex officio" pelos imóveis remanescentes da Vila Operária de Camaragibe.

Encaminhamento: Dar prosseguimento ao estudo preliminar já realizado pela GGPPCult e Conselho de Preservação e continuar o diálogo com a Prefeitura do município. (Ver retorno ao documento enviado à Prefeitura de Camaragibe).

Conselheiro: Cássio Raniere

Proposta: Recomendação aos Arquivos do Estado de Pernambuco e Moção de apoio ao Arquivo Público Municipal Antonino Guimarães – Olinda

Encaminhamento:

Conselheiro: Cecília Canuto

Proposta: Fórum dos Conselhos - preparação para o Fóruns Nacionais de Cultura

Encaminhamento:

Conselheiro: Cecilia Canuto

Proposta: Lei de Educação Patrimonial

Encaminhamento:

Conselheiro: Cecilia Canuto

Proposta: Plano Estadual de Educação Patrimonial

Encaminhamento:

Conselheiro: Cecilia Canuto

Proposta: Publicação da Revista Anual do Conselho Estadual de Preservação

Encaminhamento:

Conselheiro: Cecilia Canuto

Proposta: Convidar o Núcleo do Patrimônio Artístico e Cultural de Pernambuco (Procurador José da Costa Soares)

Encaminhamento:

Conselheiro: Harlan Gadelha

Proposta: ICMS CULTURAL

Encaminhamento:

Conselheiro: Harlan Gadelha

Proposta: REUNIÃO DO CEPPC EM GOIANA (adiada)

Encaminhamento:

Conselheiro: Harlan Gadelha

Proposta: MEMORIAL FREI CANECA (arquivo público estadual) ou Memorial da Revoluções Libertárias ou Aos Mártires de Pernambuco

Encaminhamento:

Conselheiro: Harlan Gadelha

Proposta: REUNIÕES do CEPPC EM PALMARES E GARANHUNS e (OLINDA - 15 DE DEZEMBRO), COM OS INSTITUTOS HISTÓRICOS .

Encaminhamento:

Conselheiro: Harlan Gadelha

Proposta: Lei de RPV - ALTERAÇÃO DE LEI - AUTO INDICAÇÃO

Encaminhamento:

Conselheiro: Mônica Siqueira

Proposta: Relatoria do REISADO - 21 DE DEZEMBRO

Encaminhamento:

Conselheiro: Mônica Siqueira

Proposta: Uso de casarios ou edificações em abandono e/ou sem uso por parte de grupos culturais que não possuam sede própria.

Encaminhamento: Disponibilizar espaços sem uso para ser utilizado e mantido por grupos culturais desprovidas de sede, seja na Capital Recife ou outras localidades do estado de Pernambuco, de acordo com a disponibilidade existente a partir de diagnóstico de Imóveis Especiais de Preservação, com tombamento ou não.

Conselheiro: Joana D'Arc Ribeiro

Proposta: Restauro/Conservação de dois equipamentos históricos do estado de Pernambuco por ano, com recursos estaduais, independente do Edital do Funcultura.

Encaminhamento: Solicitar e sensibilizar o Governo do Estado, em conceder recursos para Fundarpe/Secult, para uma política de preservação de bens móveis do estado, a fim de que seja restaurado e/ou realização de serviços de conservação em dois Imóveis Especiais de Preservação, por ano, independente do Funcultura, promovendo ações de reparos/restauros nos patrimônios materiais do estado de Pernambuco.

Conselheiro: Joana D'Arc Ribeiro

PROPOSTA: Ampliação do processo de interação entre os Patrimônios Vivos de Pernambuco a nível região nordeste

ENCAMINHAMENTO : Realizar uma articulação com os demais estados que possuem essa política pública voltada a preservação dos detentores dos bens sejam pessoa física ou jurídica.

CONSELHEIRA: Mônica Siqueira

PROPOSTA: Requerimento de Registro de Patrimônio Imaterial para a Buscada de São Gonçalo do Amarante.

ENCAMINHAMENTO: Através da Lei 16.426, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018, solicitar abertura da cerimônia religiosa e marítima da festa da Buscada de São Gonçalo do Amarante, considerada a mais antiga procissão fluvial religiosa do Brasil.

CONSELHEIRA: Mônica Siqueira

DEMANDAS APROVADAS PELO COLEGIADO EM CARTA ABERTA

1. Inventariar, regionalmente, o patrimônio físico e cultural de Pernambuco;
2. Criar e executar Programas de Salvaguarda para os bens culturais já registrados em âmbito estadual;
3. Criar e executar políticas públicas que possam traçar linhas de preservação do patrimônio cultural, incentivando a conservação e uso do ativo patrimonial;
4. Um plano de restauração e monitoramento dos monumentos desgastados pelo tempo e cujo uso possa representar a preservação da memória histórica de Pernambuco;
5. Estabelecer critérios à conservação dos imóveis históricos, bem como o seu uso nas atividades turísticas do Estado, ênfase para a cidade onde se encontra o monumento, uma vez que o turismo,

segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), é uma atividade municipalista, sempre do global para o local;

6. A criação do ICMS histórico-cultural, a exemplo do que fez, com sucesso, Minas Gerais;
7. Fortalecimento orçamentário da Secretaria Estadual de Cultura (Secult) e da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe);
8. Criação de um fundo específico de preservação patrimonial, para além do FUNCULTURA, visando a estruturação do Sistema Estadual do Patrimônio Cultural de Pernambuco, de acordo com o Plano Estadual de Cultura;
9. Executar as ações que competem ao Patrimônio Cultural previstas no Plano Estadual de Cultura, tornando-o um documento, além de orientador e norteador, previsto na legislação que trata da cultura em seu amplo aspecto na garantia de políticas de estado;
10. Produzir um Programa Estadual em Educação Patrimonial, incluindo uma disciplina específica no currículo escolar; incentivar a produção cultural e artística, bem como o registro de memórias e histórias de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais;
11. Fomentar o aparato organizacional – gestão, infraestrutura, recursos humanos e logísticos, para a manutenção, segurança e modernização das instituições;
12. Criar e fortalecer modelos de gestão, junto a sociedade civil, por meio de Associações, Organizações Sociais e outras formas de participação social, que permitam incrementar recursos e agilizar a gestão dos entes histórico-culturais;
13. Assegurar meios à gestão das entidades culturais ligadas ao Estado, incluindo meios de transporte, mobiliário, equipamentos ligados à informática, capacitação dos servidores, concurso público para o incremento do acervo humano. Política de incentivo salarial, incluindo Cargos e Salários, para que os servidores se sintam protagonistas dos fazeres culturais;
14. Aperfeiçoar a geração de indicadores e observatórios da área da cultura do patrimônio;
15. Criar fundo de apoio às atividades do Conselho de Preservação, para que ações descentralizadas possam ocorrer nas regiões de desenvolvimento do Estado, garantindo a criação de novos conselhos municipais previstos na Lei que nos dá a criação;
16. Encontrar medidas à consecução dos bens patrimoniais ligados ao Estado e aos municípios, em especial os museus, as galerias de arte, os espaços, por exemplo, de fomento e difusão do frevo e das linguagens ligadas à dança e à música, inclusive ao artesanato;
17. Revisão e atualização da Lei de Tombamento, medidas de controle à preservação e iniciativas de incentivo à conservação dos bens tombados;
18. Campanha, na grande mídia e nas mídias sociais, com o objetivo de levar ao povo pernambucano o valor do nosso patrimônio histórico, bem como o compromisso de todos e todas em seu reconhecimento, valorização e preservação.